

## Oposição obstrui votações, exigindo sessões abertas

O PSDB e o DEM prometem não votar nada até que o Senado aprove o fim do voto e das sessões secretas em caso de perda de mandato. Ontem, o governo

não conseguiu aprovar a indicação do diretor-geral do Dnit. O Conselho de Ética adiou exame de outra representação contra Renan Calheiros. **Páginas 4 e 5**



Com obstrução dos opositoristas, Plenário não consegue quórum a fim de votar indicação para o Dnit



Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos discutem proposta de Francisco Dornelles (2º à dir.)

## Filho em gestação pode ser incluído como dependente

Comissão de Assuntos Econômicos aprova em caráter terminativo proposta de Francisco Dornelles que altera as regras do Imposto de Renda Pessoa Física

**F**ilhos ou enteados nascituros – ou seja, ainda em gestação – poderão ser considerados dependentes para fins de dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física. Proposta nesse sentido, de autoria de Francisco

Dornelles, foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Outro projeto acolhido pelo colegiado unifica em 7% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços incidente sobre a farinha de trigo. **Página 7**

### Um só horário para o Brasil

Tião Viana pede à Câmara dos Deputados a aprovação de proposta que unifica os fusos horários do país. **Página 6**

### Como o povo vê a CPI do Apagão

Pesquisa do DataSenado indica que 56% dos entrevistados esperam que CPI ajude a resolver o apagão aéreo. **Página 3**

### Incentivo à piscicultura

População ribeirinha afetada pela construção de represas poderá voltar a pescar nas águas das barragens. **Página 6**

## O que deve ser obrigatório no uniforme escolar

A Comissão de Educação aprovou projeto que explicita os itens do uniforme obrigatório de alunos da educação básica. Outra proposta acolhida pelo colegiado regulamenta a profissão de musicoterapeuta. **Página 8**



Senadores da Comissão de Educação aprovam projeto que tipifica como crime exposição de prova de paternidade em meios de comunicação



Jorge Miguel Samek ressalta que empresa binacional está em dia com os compromissos financeiros

## Dívida de Itaipu será paga até 2023, afirma diretor

O diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek, afirmou que toda a dívida da empresa estará paga em 2023. Em pronunciamento junto à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Samek mostrou ontem o cronograma de pagamentos da dívida de Itaipu, que terá uma receita operacional este ano de US\$ 2,8 bilhões.

A dívida de Itaipu, informou o dirigente, está em cerca de US\$ 20 bilhões.

Até 2023, entretanto, serão desembolsados US\$ 32,3 bilhões para pagá-la, atendendo também a seus encargos. A usina, orçada inicialmente em US\$ 12,2 bilhões, consumiu US\$ 27 bilhões para ser concretizada, observou Samek. A última renegociação da dívida, em 1997, permitiu que esta entrasse em declínio constante, desde o ano passado, até ser integralmente paga, daqui a 16 anos. A usina, idealizada em 1966 e instituída em 1974, inaugurou em maio deste ano o último de seus 20 geradores.

Na audiência pública requerida pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR), Samek relatou que, da receita operacional da empresa, 75% estão comprometidos com pagamento de dívidas e encargos, restando 14% para *royalties* e



Márcio Kolumbe

Samek: receita operacional de US\$ 2,8 bi este ano

11% para fazer frente a despesas operacionais. Ressaltou que, desde 2004, Itaipu está em dia com seus compromissos financeiros, não necessitando mais de financiamentos.

De 1985 a 2006, foram pagos US\$ 6,46 bilhões em *royalties* para municípios e estados brasileiros e paraguaios (US\$ 3,23 bilhões para cada país). O país vizinho recebeu outros US\$ 1,11 bilhão em impostos sobre energia excedente cedida para o Brasil. Itaipu fornece 20% da energia consumida no Brasil e 95% da energia consumida no Paraguai. O governo brasileiro, destacou Samek, patrocinou 100% do financiamento para sua construção, com garantia integral do Tesouro Nacional.

– Itaipu é um modelo em processos de integração – disse.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Conferência sobre comunicações

Das 8h30 às 18h30, ocorre no Senado Federal a Conferência Nacional Preparatória de Comunicações: Uma Nova Política para a Convergência Tecnológica e o Futuro das Comunicações. No último dia da conferência, os assuntos debatidos serão radiodifusão, inclusão digital e desenvolvimento tecnológico e industrial.

### Sessão deliberativa tem a pauta trancada

A sessão de hoje é deliberativa, com início às 14h. Entre as matérias que trancam a pauta está o projeto de lei de conversão que institui medidas adicionais de estímulo à reestruturação e ao ajuste fiscal dos estados.

### Audiência debate planos de saúde

A situação dos planos e seguros privados de saúde e a regulação das atividades do setor serão debatidas em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 11h. Para discutir o assunto, foram con-

vidados representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), da Pro Teste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor), da Associação Médica Brasileira (AMB) e da Federação

Nacional de Saúde Suplementar (Fenasauúde). Às 14h, a CAS analisa a indicação de Agnelo Queiroz para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

### Estadualização de provas de concursos

O substitutivo ao projeto que determina a estadualização da realização das provas de concursos públicos para cargos federais consta da agenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 10h. Após o exame da pauta, em uma segunda parte da reunião, os senadores devem votar a indicação

do corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, para compor o Conselho Nacional de Justiça. Também às 10h, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) recebe o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, a fim de discutir a recuperação da lavoura cacaueteira.

### Comissão para analisar MP da carreira de analista

Reunião de instalação da comissão mista, às 15h, destinada a analisar a Medida Provisória (MP) 389/07, que trata da criação da carreira de Analista de Infra-Estrutura na Administração Pública Federal e do cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior.



### CPI do Apagão ouve servidores da Infraero

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo reúne-se, às 11h, para ouvir os servidores da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) Marco Antônio Marques de Oliveira, Eleuza

Therezinha Manzoni dos Santos Lores e José Wellington Moura. A Subcomissão de Resíduos Sólidos, da Comissão de Meio Ambiente (CMA), reúne-se, às 14h30, para apreciação de requerimentos.

### Avaliação de obras públicas irregulares

Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se para analisar requerimento de participação dos parlamentares do comitê da comissão, que avalia informações sobre obras públicas irregulares.

No mesmo horário, está prevista a reunião de instalação da

comissão mista que analisará a Medida Provisória (MP) 388/07. Essa MP altera a lei que trata da participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa (Lei 10.101/00), a fim de permitir o trabalho aos domingos e feriados no comércio em geral.



## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Weiller Diniz

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Renan Calheiros, Tião Viana, Antônio Carlos Valadares, Alvaro Dias, Papaléo Paes e Gerson Camata

## Suplicy destaca filme de filha de Heráclito

O filme *O coco, a roda, o pneu e o farol*, da cineasta Mariana Fortes, foi selecionado para a mostra competitiva do Festival de Biarritz, que ocorrerá naquela cidade francesa na próxima semana. Ao levar a informação ao Plenário, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou o pai da cineasta, Heráclito Fortes (DEM-PI). O filme retrata a produção secular do coco de roda na comunidade do Amaro Branco (PE).

## Sibá ressalta reunião de povos da floresta

A realização do 2º Encontro Nacional dos Povos da Floresta foi destacada por Sibá Machado (PT-AC).

O evento, aberto ontem, em Brasília, discute até sexta-feira o uso sustentável da floresta e outros temas.

– Nosso país, apesar dos avanços, está ainda em dívida com os povos da floresta. Precisamos reafirmar a importância da contribuição dada ao Brasil e ao mundo por eles – disse o senador.

## João Pedro comunica visita de Lula ao AM

João Pedro (PT-AM) anunciou a visita que o presidente Lula fará ao estado do Amazonas amanhã e sexta-feira. Em Manaus, Lula se reunirá com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e visitará uma obra de saneamento, financiada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O presidente ainda irá ao município de São Gabriel da Cachoeira para lançar o que vem sendo chamado de “PAC indígena”.

Entrevistados pelo DataSenado têm expectativa de que comissão viabilize leis capazes de dar mais segurança a quem viaja

# Povo espera que CPI ajude a resolver apagão

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo é considerada muito importante por 67% dos brasileiros. Esse foi um dos resultados de pesquisa realizada com 1.083 entrevistados entre os dias 2 e 8 de agosto pelo Serviço de Pesquisa de Opinião Pública do Senado (DataSenado). A pesquisa procurou identificar as percepções dos brasileiros sobre a crise aérea e sobre o trabalho da CPI criada no Senado.

Foram ouvidos cidadãos com mais de 16 anos que possuem telefone fixo e vivem em capitais brasileiras. O índice de erro da pesquisa é de 3,5%. O documento pretende servir como subsídio para ajudar os parlamentares a decidirem que ações devem ser adotadas no relatório final da CPI, que tem previsão para encerrar suas atividades em novembro.

Segundo os resultados da pesquisa, a maior parte dos entrevistados



(36%) atribui ao presidente da República a responsabilidade para resolver a crise aérea e considera como objetivo mais importante da CPI criar leis para dar mais segurança a quem viaja (50%), investigar as causas e responsabilidades da crise aérea (27%) e fiscalizar o trabalho do governo na solução

da crise (23%). No total, 71% dos entrevistados atribuem a crise à atuação falha do Estado.

Os resultados da pesquisa do DataSenado indicam que a maioria da população entende que a principal razão para a crise é a falta de fiscalização (51%). Em segundo lugar, aparece a opção “os aeroportor-

tos e equipamentos de segurança” (20%). Os entrevistados estão otimistas quanto ao trabalho da CPI do Apagão Aéreo: 56% acreditam que a comissão vai ajudar a solucionar o problema, contra 41% que pensam o contrário.

Para 99% das pessoas que responderam à pesquisa, o governo deve modernizar os equipamentos de segurança de voo; 96% dos entrevistados julgam importante melhorar as condições de trabalho dos controladores de voo; 76% acreditam que devem ser construídos novos aeroportos; e 44% consideram que a privatização de aeroportos pode ajudar a solucionar a crise.

A população não está otimista quanto à duração da crise, segundo o levantamento. Para 37% dos entrevistados, a solução virá a longo prazo (mais de um ano). Mais pessimistas, 27% dos entrevistados acham que a crise não vai acabar.

## Assessores negam prejuízos na venda de publicidade

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) não foi prejudicada com a falta de renovação de um contrato para aquisição de programa de gerenciamento de espaços publicitários em 65 aeroportos administrados pela estatal. A afirmação foi feita ontem pelo assessor especial da presidência da empresa, Tércio Ivan de Barros, em depoimento à CPI do Apagão Aéreo.

A comissão também ouviu o servidor Roberto Spinelli Júnior, que assessorava Barros, e o ex-diretor financeiro da empresa, Adenhauer Figueira Nunes. O contrato para o fornecimento do programa, a um custo de R\$ 26 milhões, foi assinado sem licitação entre a Infraero e a FS3 Comunicação e Sistema, sendo depois suspenso por sugestão de

Barros. O caso vem sendo investigado pela Controladoria Geral da União (CGU), que teria apurado irregularidades na operação e recomendado o afastamento temporário de Barros, Spinelli, Nunes e outros funcionários da Infraero que ainda serão ouvidos pela CPI.

Barros disse que não recebeu “ordem hierárquica” ou “vantagem” para determinar a suspensão do contrato. Segundo ele, a Infraero apresentou uma nova proposta para negociação do programa, a qual não teria sido aceita pela FS3. Com a recusa, a Infraero voltou a comercializar os espaços publicitários “pelo sistema antigo”, por meio do qual cada aeroporto era o responsável pelo plano de mídia a ser oferecido aos potenciais anunciantes.

Segundo Spinelli Júnior, não fo-

ram feitos estudos para avaliar a implantação do programa Advantage V2. Ele calculou que a implantação de um programa de gerenciamento de publicidade não deveria consumir mais que “quatro ou cinco por cento que o sistema fatura, hoje em torno de R\$ 35 milhões”.

Por sua vez, Adenhauer Figueira Nunes disse que não participou da gestão do contrato para o gerenciamento dos espaços publicitários.

O relator da CPI do Apagão Aéreo, senador Demostenes Torres (PSDB-GO), classificou como positivos os depoimentos de Barros e Spinelli, mas apontou contradições na fala de Adenhauer Nunes.

– Completamente mentiroso. Ele retificou suas declarações de renda e acabou por se contradizer completamente – enfatizou o senador.

## Crivella pede ao governo que assuma dívida com aposentados da Varig

Marcelo Crivella (PRB-RJ) pediu ao governo Lula que garanta a sobrevivência das 60 mil famílias de funcionários aposentados da Varig, que, desde o mês passado, já não contam com a complementação salarial do Fundo Aéros.

O senador lembrou que foi o governo Lula que se recusou a pagar o que devia à Varig, provocando o vencimento dos compromissos

internacionais da empresa, o corte do fornecimento de combustível e negando vagas nos aeroportos.

– O governo preferiu ser a corda da forca, colocando a companhia de joelhos, sem saber que ali nascia o apagão aéreo de hoje. Faça justiça, presidente Lula. Pague o que lhes deve – disse Crivella, que recebeu a solidariedade de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Paulo Paim (PT-RS).



Três tentativas de instalação da comissão foram frustradas, lembra Papaléo Paes

## Governo quer impedir instalação da CPI das ONGs, denuncia Papaléo

Dizendo estar inconformado, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) denunciou ontem “manobras do governo Lula para impedir a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais (CPI das ONGs)”. Ele lembrou que três tentativas de instalação da CPI foram frustradas.

– Mais uma CPI que, aprovada pelos integrantes desta Casa, não consegue ser instalada por obra e graça do governo ‘ético’, que se deve investigar – protestou.

Papaléo disse que o governo não pode se esconder da prestação de contas permanente que deve à sociedade brasileira, frisando que o volume de recursos repassado às ONGs é “extraordinário e cresce quase exponencialmente”.



Complementação salarial do Fundo Aéros não é paga desde agosto, afirma Crivella

Conselho de Ética transfere para a próxima semana reunião em que deve ser votado relatório de João Pedro sobre representação contra o presidente do Senado



Jefferson nega ter sido alvo de insinuação por parte de Renan

## Jefferson diz que nunca contrataria a própria mulher

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) negou ontem ter sido alvo de insinuações ou ameaças por parte do presidente do Senado, Renan Calheiros, durante a sessão secreta na qual Renan foi absolvido no processo de cassação de mandato por quebra de decoro parlamentar.

Jefferson Péres classificou como “distorcida” informação trazida pela nota “Renan intimidou senadores”, veiculada no *Blog* do Noblat, sobre uma eventual tentativa de Renan de intimidá-lo ao supostamente insinuar a contratação de sua esposa como funcionária do seu gabinete no Senado.

– Minha mulher não foi e nunca será funcionária do meu ou de qualquer outro gabinete. Sou contra o nepotismo – afirmou.

Jefferson disse ainda que teria “reagido na hora” se tivesse percebido alguma crítica velada de Renan dirigida a ele.

O senador também aproveitou para alertar o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), sobre a possível dificuldade para aprovação da prorrogação da CPMF e da DRU na Casa.

# Relator propõe adiamento de processo contra Renan

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar transferiu para a próxima semana a reunião, prevista para hoje, em que será votado o relatório do senador João Pedro (PT-AM) propondo o sobrestamento do processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), por suposto tráfico de influência em benefício da cervejaria Schincariol. Segundo informou o próprio João Pedro, ontem, por volta das 19h, há um consenso de que é melhor esperar os resultados das investigações que a Câmara dos Deputados está fazendo sobre a mesma denúncia.

– Sobrestar não é enrolar, mas confiar na responsabilidade da Câmara e, a partir dos resultados obtidos lá, formar um melhor juízo em relação à denúncia da revista *Veja* – explicou o sena-



João Pedro: “Sobrestar não é enrolar, mas confiar na Câmara”

dor, que até a segunda-feira dizia estar satisfeito com as informações prestadas pelo PSOL e por Renan e pronto para apresentar seu relatório.

Uma das propostas que ganharam corpo durante as negociações de ontem, de acordo com João Pedro e Alvaro Dias (PSDB-PR), foi a anexação do processo relativo à cervejaria Schin-

cariol a outros dois: o que trata da utilização de terceiros para a compra de rádios em Alagoas, movido pelo PSDB e pelo DEM, aguardando relator, e o que pode resultar de uma nova representação, também apresentada pelo PSOL, que trata da eventual participação de Renan Calheiros em um esquema de arrecadação de fundos para o PMDB com o favorecimento ao banco BMG.

O relator disse que o próprio PSOL estava a favor de juntar os três processos. Segundo Alvaro Dias, a anexação teria sido uma idéia dos opositoristas, mas condicionada à instituição do voto aberto para os casos de cassação de mandato. Renato Casagrande (PSB-ES) ressaltou que seria preciso “avaliar politicamente o assunto”.



Mercadante sugere que processos sejam votados em uma sessão

Renan já foi inocentado no processo resultante da primeira representação apresentada contra ele, baseada na denúncia de que teria contas pessoais pagas por um funcionário de construtora.

## Mercadante quer evitar “fatiamento” de votações

Aloizio Mercadante (PT-SP) manifestou ontem posição contrária ao que qualificou como “fatiamento” da votação das representações contra o senador Renan Calheiros em tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar – duas já transformadas em processos e uma aguardando decisão da Mesa do Senado. Ele quer que os relatórios sobre os processos resultantes das representações sejam votados em uma só sessão do Plenário.

Mercadante pediu o adiamento do exame, pelo Conselho de Ética, do processo contra Renan resultante de representação do PSOL baseada em denúncia de favorecimento à cervejaria Schincariol.

A sugestão de Mercadante é no sentido de que o presidente do Conselho de Ética nomeie três relatores para os três processos, cujos relatórios serão votados pelo conselho e, depois, em uma única sessão do Plenário.

## Para Almeida Lima, povo não deve fazer papel de carrasco

Dirigindo-se ao povo brasileiro, Almeida Lima (PMDB-SE) perguntou se alguém havia lido as 5.435 páginas do processo de perda de mandato do senador Renan Calheiros; se alguém conhecia alguma prova dos autos desse processo; ou somente havia visto por meio da televisão, dos jornais ou do comentário de alguém.

– Apenas com a informação da imprensa ou mesmo comentário que alguém lhe fez, você se acha em condições de julgar e condenar o senador [Renan]? É claro que você pode dizer que sim, ou que tem dúvida, ou afirmar que não tem condições de fazer tal julgamento. Mas, se a sua resposta for



Almeida Lima pergunta se alguém leu todo o processo

sim, com certeza você é a caricatura da insensatez, da estupidez, da leviandade, você é o próprio verdugo, um simulacro de gente, ou, quem sabe, até aquela pessoa que já sofreu idêntica injustiça e não percebe que, agora, cumpre o papel de carrasco – disse.

## Zambiasi: líderes apóiam fim de sessões secretas

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) afirmou ontem contar com o apoio de todos os líderes partidários para a votação, no Plenário do Senado, do projeto de resolução abrindo ao público a sessão em que se vota a perda de mandato parlamentar.

– Contamos com as assinaturas dos líderes, à exceção de Inácio Arruda [PCdoB], que já nos autorizou a comunicar sua adesão.

Zambiasi falou, em aparte a discurso de Aloizio Mercadante (PT-SP), que defendeu a unificação dos processos contra Renan Calheiros no Senado.

Também em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) cha-



Zambiasi deseja apressar exame de projeto no Plenário

mou a atenção sobre a importância do recolhimento das assinaturas para o fim do voto secreto.

– É importante todos nos empenharmos para que o Senado continue a existir e superar os problemas internos com decisões importantes para a população.



Renan afirma que tem procurado colaborar com a governabilidade

## Renan desmente possibilidade de licença e reunião com Lula

Em entrevista à imprensa na tarde de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, foi enfático ao negar qualquer possibilidade de tirar uma licença do cargo.

– Essa coisa de férias, licença, nunca existiu. Até terça-feira [11], a decisão era minha, depois de quarta-feira [12], a decisão sobre a minha inocência e a minha per-

manência é do Senado – ressaltou Renan, para quem a minoria deve aceitar a decisão da maioria, como ocorre em “todo Parlamento democrático do mundo”.

CPMF

Sobre a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), Renan disse que esse é um problema do

governo que envolve os partidos, os líderes partidários e os demais senadores.

– Todo mundo está preocupado porque, se você não aprovar a CPMF, acaba com o Bolsa Família, pois R\$ 11 bilhões desses recursos vão para o Bolsa Família – frisou Renan, ao reiterar que, como presidente do Senado, tem feito

o possível para colaborar com a governabilidade.

Renan negou que fosse se encontrar ainda ontem com o presidente Lula, como foi divulgado pela imprensa. No entanto, ele enfatizou que se encontrar com o presidente da República faz parte de sua rotina na presidência do Senado.

Oposição anuncia medidas para acelerar a aprovação de mudanças nas regras de votação de projeto que determina perda de mandato por quebra de decoro

## Virgílio: bancada do PSDB entra em obstrução total no Plenário

A bancada do PSDB entrou em obstrução total no Plenário. O partido não votará nenhuma matéria até que sejam aprovados projetos de resolução acabando com as sessões secretas na Casa e obrigando qualquer integrante da Mesa e dirigente de comissão técnica a se afastar do cargo se processo contra ele for aberto no Conselho de Ética. Outra exigência é a aprovação de proposta de emenda à Constituição que extingue o voto secreto nas deliberações sobre cassação de mandatos. O anúncio foi feito pelo líder do partido, senador Arthur Virgílio (AM).

Na próxima reunião do Conselho de Ética, o PSDB, segundo Virgílio, proporá que seja elaborado imediatamente o regimento daquele colegiado. Ele antecipou que o partido sugerirá a inclusão da de-



Partido insiste na saída de Renan da Presidência da Casa, diz Virgílio

terminação, como cláusula pétrea, de que todo relator seja, obrigatoriamente, de partido diferente do senador contra o qual for aberta representação. Os tucanos defenderão a tese de que a relatoria seja distribuída por sorteio entre os membros dos demais partidos.

– O PSDB está em posição de combate a partir da sessão de hoje. Procurei ser bem claro nos termos postos. Estamos, portan-

to, prontos para nossas idéias triunfarem ou para sermos batidos pelo jogo dos números. Somos um partido afeito ao diálogo e colocamos estes pré-requisitos para que o diálogo aconteça. Insistimos no afastamento do presidente da Casa e na votação das matérias que darão transparência às votações – assinou Arthur Virgílio.

Em aparte, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) anunciou que participará da obstrução. Já Marconi Perillo (PSDB-GO) opinou que, se Renan Calheiros não acenar com a possibilidade de renunciar à Presidência do Senado ou não aceitar a sugestão de se licenciar do cargo, os senadores devem adotar medidas ainda mais duras. Por sua vez, Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu a Virgílio que a decisão de obstruir as votações seja cumprida.

## Fim das sessões e do voto secretos é prioridade da oposição, diz Agripino

O senador José Agripino (RN), líder do Democratas, informou que, na última semana, em reunião após a sessão do Senado que absolveu o presidente da Casa, Renan Calheiros, da acusação de quebra de decoro, os partidos de oposição definiram a agenda da “obstrução seletiva”, com a relação das propostas que, no seu entendimento, o país exige que sejam votadas.

– Decidimos fazer do fim do voto secreto e das sessões secretas em casos de julgamento de quebra de decoro a prioridade de nossa ação parlamentar – anunciou o líder.

Por isso, o primeiro item da agenda da oposição é a proposta de emenda à Constituição do então senador Sérgio Cabral que estabelece voto aberto em casos de pedido de perda de mandato parlamentar (PEC 38/04). A oposição também deverá trabalhar



Agripino divulga agenda definida pelos líderes do DEM, PSDB e PSOL

pela aprovação do projeto de resolução (PRS 55/07) apresentado pelos senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) determinando a abertura das sessões em que são apreciados projetos que decretam a perda de mandato.

DEM, PSDB e PSOL também querem que membros da Mesa e senadores que ocupam cargos de direção em comissões permanentes sejam au-

tomaticamente afastados quando acusados de quebra de decoro. Nesse sentido, Agripino informou que foi incluído na agenda da oposição projeto (PRS 40/07) de autoria do senador João Durval (PDT-BA) determinando que, recebida pelo Conselho de Ética denúncia contra senador que for membro da Mesa, o Plenário da Casa poderá decidir que o denunciado ficará afastado do exercício de suas funções.

No encontro da última semana, os três partidos também decidiram, segundo o líder do Democratas, que não participarão de reuniões presididas por Renan Calheiros enquanto os processos contra ele estiverem tramitando no Conselho de Ética.

Todas as propostas citadas por José Agripino se encontram na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Pedido de diligência feito por Mário Couto não foi apreciado

## Falta de quórum impede votação de Pagot para o Dnit

A queda-de-braço entre governistas e senadores da oposição nas votações em Plenário começou a ser travada ontem, com a discussão da Mensagem 74/07, relativa à indicação do economista Luiz Antônio Pagot para o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). Com a obstrução do DEM e do PSDB, não foi possível alcançar o quórum para votação da matéria, que abre a ordem do dia na sessão deliberativa de hoje.

Momentos antes, foi rejeitado requerimento de Arthur Virgílio (PSDB-AM) solicitando o adiamento da votação da matéria. O líder tucano teve ainda derrubado pedido de envio da indicação de Pagot à Comissão de Justiça (CCJ).

Requerimento de Mário Couto (PSDB-PA) pedindo diligências sobre suspeita de acumulação irregular de cargos pelo indicado nem sequer chegou a ser analisado. O questionamento estava focado no exercício concomitante, por Luiz Antônio Pagot, do cargo comissionado de secretário parlamentar no gabinete de Jonas Pinheiro (DEM-MT) e da função de superintendente da Hermosa Navegação da Amazônia S/A.

A defesa de Pagot foi feita pelos senadores por Mato Grosso Jonas Pinheiro e Jayme Campos (DEM). Este último – autor do parecer favorável à indicação, aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) – avaliou as suspeitas como uma tentativa de trazer o assunto para searas partidária e pessoal.

## Camata: aprovação da CPMF só com mais recursos para saúde

“Ou o governo federal desenvolve uma parte substancial do dinheiro que retirou da saúde ou não votamos a CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira]”, advertiu Gerson Camata (PMDB-ES). Ele pediu aos demais senadores que, quando a proposta de emenda à Constituição que prorroga a CPMF (PEC 50/07) chegar ao Senado, a sua aprovação seja condicionada a mais dinheiro para a saúde.

O senador disse que, enquanto 40 milhões de brasileiros que dispõem de plano de saúde privado podem ser atendidos pelos médicos que escolherem, os demais 140 milhões dependem da saúde pública. Parte dessas pessoas, segundo Camata, está morrendo por falta de atendimento.

– Para justificar a criação da CPMF, o governo anterior disse que, em dois anos, os brasileiros teriam uma assistência médica no



Camata: a saúde piorou no país após 15 anos de cobrança da CPMF

nível da Suécia e da Suíça. Passados quase 15 anos, a saúde pública brasileira ainda é pior do que a da Bolívia – lamentou.

Segundo Camata, enquanto os municípios capixabas e o estado do Espírito Santo triplicaram os recursos aplicados na saúde pública nos últimos anos, o governo federal reduziu a um terço seus investimentos no setor. Ele informou que o menor percentual dos recursos aplicados pela União em saúde é destinado ao seu estado.

## Mão Santa afirma que carga tributária é muito elevada

Os recursos da CPMF, segundo Mão Santa (PMDB-PI), nunca foram para a saúde, conforme postulavam seus idealizadores. Por isso, o senador defendeu o fim da cobrança.

– Em respeito ao povo brasileiro, vamos enterrar a CPMF, “Cobrança Paga a Malandros Felinos”. Se o governo precisa de dinheiro, vamos economizar – disse.

A proposta de emenda à Constituição que prorroga até 2011 a cobrança da contribuição está em votação na Câmara dos Deputados. No Senado, serão necessários os votos de 49 parlamentares para garantir a aprovação da matéria, e o governo deverá encontrar dificuldades para obter o apoio da oposição.

Mão Santa negou nota divulgada pela imprensa segundo a qual haveria um acordo no PMDB para garantir o seu apoio na votação pela prorrogação da CPMF



“Em respeito ao povo, vamos enterrar a CPMF”, diz Mão Santa

em troca da renovação de seu mandato.

O parlamentar criticou ainda a alta carga tributária do país. Segundo ele, o brasileiro paga, entre impostos e contribuições, 76 tributos, grande parte dos quais criados durante o governo do PT.

– O brasileiro tem que trabalhar cinco dos 12 meses do ano só para pagar impostos. É tanto imposto que dá até saudade dos portugueses no tempo do Brasil Colônia – afirmou.

Prejuízos causados pela construção de barragens podem ser minimizados por medidas a serem adotadas pelos responsáveis pelas áreas



Proposta acolhida pelos senadores que integram a CMA visa apoiar atividades das populações ribeirinhas

## Comissão aprova incentivo à piscicultura em represas

Os responsáveis por represas poderão ser obrigados a adotar medidas para reduzir os prejuízos que a construção das barragens traz para a vegetação e a reprodução dos peixes, bem como para atividades pesqueiras de populações ribeirinhas. A medida consta de substitutivo da Câmara a projeto do Senado aprovado ontem pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A proposta (PLS 57/01) de Alvaro Dias (PSDB-PR), relatada na CMA por César Borges (DEM-BA), segue para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A CMA também aprovou o sobrestamento, até a próxima semana, de requerimento de Heráclito Fortes

(DEM-PI) que solicita, ao Tribunal de Contas da União (TCU), a realização de auditoria na Diretoria de Proteção Ambiental, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em função de denúncias de irregularidades nos projetos Pnud BRA-01/03 e 01/31.

Sibá Machado (PT-AC) propôs o sobrestamento da proposta de auditoria, informando que a Controladoria-Geral da União (CGU) já está investigando o assunto. Ele prometeu trazer o resultado das apurações na próxima reunião da comissão.

Heráclito defendeu o imediato exame de seu requerimento por entender que fiscalizar os órgãos do

Executivo é prerrogativa específica do Senado, que dela não pode abrir mão.

– Não podemos ficar a reboque de órgãos do Executivo. O TCU é nosso órgão auxiliar, sendo sua função apurar denúncias de irregularidades independentemente de outras investigações – protestou.

A tese de Heráclito, no entanto, foi derrotada na CMA.

Também foi aprovada proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para que a comissão instaure procedimento de fiscalização de processos relativos a 18 instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal, que investiga a participação dessas instituições em crimes contra o sistema financeiro.

## Antonio Carlos Júnior cobra investimentos

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) afirmou que o Orçamento de 2008, que chegou ao Congresso há duas semanas, não confirma o discurso do governo de que vai aumentar os investimentos da União.

Para ele, só com aumento de investimentos e controle de despesas correntes o governo poderá elevar os índices de crescimento da economia.

Conforme informou Antonio Carlos Júnior, o total de investimentos diretos da União para 2008 será de R\$ 28,8 bilhões. Em 2007, ressaltou, os investimentos autorizados são de R\$ 36



Antonio Carlos Júnior: Orçamento de 2008 está aquém do anunciado

bilhões – ou seja, haverá uma queda de aproximadamente 20%.

– Alguém poderia argumentar que os investimentos deste ano somam, na verdade, R\$ 26 bilhões, e

não R\$ 36 bilhões, porque cerca de R\$ 10 bilhões foram contingenciados. Entretanto, essa observação não se sustenta pelo fato de que, certamente, o Orçamento de 2008 também será objeto de contingenciamento – ressaltou.

O senador lembrou que o governo tem feito cortes nos investimentos e agora, por conta do Programa de Aceleração do Crescimento, a equipe econômica afirma que isso vai mudar.

– A tradição do Executivo de não respeitar a vontade do Congresso em relação ao Orçamento não nos permite ser otimistas.

## Brasil poderá ter um único fuso horário, diz Viana

O Brasil poderá ter um único fuso horário, que seguirá a hora oficial de Brasília. Isso se for aprovada, pelo Congresso Nacional, proposta de unificação dos quatro fusos horários do país. A informação foi dada ontem pelo senador Tião Viana (PT-AC), que recebeu vários ofícios de apoio a essa matéria, assinados por representantes de entidades laborais, assembleias legislativas, prefeituras e órgãos de comunicação de diferentes estados brasileiros.

Os documentos foram entregues ao senador porque ele é autor de um projeto de lei, aprovado no Senado (PLS 305/06) e em tramitação na Câmara (PL 882/07), que altera o fuso horário do Acre e de parte do Amazonas para apenas uma hora a menos em relação a Brasília, em vez das duas horas atuais de diferença. Segundo explicou Tião Viana à Agência Senado, já está acertado que a própria Câmara fará um substitutivo ao projeto dele, propondo a unificação dos quatro fusos horários do Brasil. Como o projeto terá alteração de mérito, deverá voltar ao Senado para nova votação.

– Essa unificação do fuso horário vai significar um impacto muito grande na vida, na cultura e na informação das pessoas, que, atualmente, por convivem com quatro fusos diferentes, enfrentam vários problemas. O horário é que deve se adaptar às pessoas e não as pessoas ao horário – explicou Viana.

A proposta do senador prevê a convocação de um plebiscito para que a população aprove ou rejeite a unificação do fuso horário.



Projeto de Tião Viana prevê a realização de plebiscito



Hélio Costa (E), ao lado de Júlio Semeghini, Sardenberg e David Gribble

## Costa vê consenso na revisão de regras para telecomunicações

A necessidade de revisão do marco regulatório no setor de telecomunicações é vista como um consenso no governo e no Congresso, disse ontem o ministro das Comunicações, Hélio Costa. Ao abrir o primeiro painel da Conferência Nacional Preparatória de Comunicações, ele informou que serão colhidas no país sugestões de modificação na legislação do setor.

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Sardenberg, lembrou que muitos países estão atualizando suas legislações.

Representando a empre-

sa British Telecom, David Gribble apostou na construção das chamadas Redes de Nova Geração, que permitem a oferta de diversos serviços por meio de uma só plataforma.

Também participaram do evento Alberto Miranda, da Autoridade Nacional das Comunicações de Portugal, e Juan Zavattiero, da União Internacional de Telecomunicações. A conferência é promovida pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática do Senado e da Câmara, em conjunto com o Ministério das Comunicações e a Anatel.



Pesquisadores debatem a participação da sociedade na política

## Evento internacional discute democracia e cultura política

“Democracia e Cultura Política” foi o tema de ontem do Seminário Internacional Estudos sobre o Legislativo, que termina amanhã. O evento é uma promoção do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), ambos do Senado; do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara; e do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

A diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi, ressaltou que o seminário vai apresentar aos participantes

experiências do Legislativo. Na sua opinião, a parceria com a UnB poderá contribuir para que a sociedade reflita sobre a democracia.

A representante do Departamento de Sociologia da UnB, Débora Messenberg, disse que a Constituição de 1988 possibilitou à sociedade brasileira participar mais efetivamente da vida política do país.

– Abre-se um caminho inédito para a História brasileira, que possibilita que as maiorias tenham condições de participar como personagem efetivo da esfera pública – ressaltou.

Gerardo Magela



Paim: deputados precisam aprovar benefício a pessoa com deficiência

## Estatuto deve ser aprovado ainda este ano, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou ontem a sua expectativa de que o projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência seja aprovado ainda este ano pelos deputados federais. A proposta, de sua autoria e já votada no Senado, prevê que os deficientes terão direito a algumas vantagens para compensar suas dificuldades, inclusive a reserva de vagas em todas as escolas técnicas do país.

Entre outras medidas, o projeto elimina a exigência, para concessão de ajuda financeira da União aos deficientes com mais de 65 anos, de que a renda por pessoa da família não passe de 25% do salário mínimo. O projeto do estatuto, com 287 artigos, recebeu sugestões de todo o país, em cerca de 600 reuniões promovidas em todos os estados e está de acordo, segundo Paim, com a Convenção Internacional sobre a Pessoa com Deficiência, firmada em janeiro último, em Nova York.

### Campanha

Paim anunciou que o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência será comemorado nesta sexta-feira, quando será lançada, na Câmara dos Deputados, a Campanha de Sensibilização para um Brasil com Acessibilidade Universal e pela aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. A campanha será deflagrada pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares. O senador lembrou que 27 milhões de brasileiros apresentam alguma deficiência, física ou mental.

Em aparte, o senador Augusto Botelho (PT-RR) fez um apelo aos deputados federais pela aprovação do estatuto.

Acolhido por unanimidade e em caráter terminativo, projeto inclui filhos ou enteados nascituros no rol de dependentes

# Despesa com filho em gestação pode ser deduzida do Imposto de Renda

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por unanimidade, projeto que se destina a incluir filhos ou enteados nascituros – ou seja, ainda em gestação – no rol de dependentes para fins de dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física. De autoria do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), a proposta foi relatada pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), com parecer favorável, e acolhida em decisão terminativa.

No parecer ao PLS 7/07, Kátia Abreu diz que Dornelles mostrou sensibilidade ao levar para o Direito Tributário regras de amparo e proteção ao nascituro.

– São várias as despesas com as quais as gestantes têm de arcar mesmo antes do parto, nem todas dedutíveis como despesas próprias. Assim, é justo que lhes seja deferido um valor



Senadores da CAE acatam proposição apresentada por Dornelles (D)

fixo de dedução, tal como existente para os filhos já nascidos – observou.

O colegiado aprovou ainda proposta que tem por finalidade possibilitar o desconto em folha de pagamento de empréstimo levantado junto às instituições financeiras para permitir a quitação antecipada, de forma mais vantajosa, de contratos de empréstimos e financiamentos firmados com outra instituição. O projeto de lei (PLS 272/06), de autoria do senador Val-

dir Raupp (PMDB-RO), contou com parecer favorável do relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

O texto previa ainda hipótese de quitação antecipada, também com desconto em folha, de operações de arrendamento mercantil (*leasing*). Mas houve exclusão dessa possibilidade depois de alerta do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) de que as operações de *leasing* são beneficiadas com dedução

Fotos: Jone Araújo

no Imposto de Renda e, caso fossem antecipadas, perderiam essa vantagem.

### Pregão

Foi adiada, pela terceira vez, a votação do projeto que amplia o uso do pregão eletrônico nos contratos públicos (PLC 32/07). Um dos pontos mais polêmicos da proposta diz respeito ao uso do pregão na contratação de obras e serviços de engenharia, com discordância do setor da construção.

O projeto também prevê o uso, nas demais modalidades de licitação, da inversão de fases – que já é utilizada nos pregões. Por esse mecanismo, as propostas financeiras são abertas logo de início, com validação da que apresente o menor valor caso a documentação técnica e jurídica (habilitação) esteja de acordo com os requisitos do edital. Ou seja, não se examina a proposta de habilitação das demais concorrentes.

## Farinha de trigo pode ter alíquota do ICMS unificada

As operações interestaduais com farinha de trigo poderão ter, em todo o país, alíquota unificada de 7% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, com aprovação do parecer favorável do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) a projeto de Osmar Dias (PDT-PR). A proposta vai agora a análise do Plenário.

O objetivo do projeto (PLS 27/00), explicou Osmar Dias, é tornar a produção nacional de farinha de trigo competitiva, mediante a redução do ICMS. Segundo as regras atualmente em vigor, a alíquota interestadual é de 7% quando a mercadoria tem origem nos estados do Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo) e destino nos estados do Centro-Oeste, Nordeste, Norte

ou Espírito Santo. Nos demais casos, a alíquota interestadual é de 12%.

– Por tudo isso é coerente que o Senado estabeleça a alíquota interestadual de ICMS da farinha de trigo em 7%, qualquer que seja o estado de origem ou de destino da mercadoria, a exemplo do que já ocorre com os produtos da cesta básica – disse o senador.

### Isenção

Na mesma reunião, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), pediu vista do projeto de lei (PLS 191/07) do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), por cinco anos, para dois sistemas de segurança usados em carros – *airbags* e freios ABS. Para Jucá, é preciso saber qual será o impacto da isenção sobre a arrecadação do IPI.



Kátia Abreu critica momento em que a publicidade foi lançada

## Campanha "Decida pelo 3" em debate

A campanha publicitária do Banco do Brasil que tem como *slogan* "Decida pelo 3", veiculada entre agosto e setembro na mídia, deverá ser tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos. Requerimento com essa finalidade, da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), foi aprovado na reunião de ontem.

A senadora argumenta que a campanha foi lançada em meio ao debate,

no país, sobre um possível terceiro mandato para o presidente Lula.

Kátia Abreu diz que os fatos sugerem situação política "totalmente sugestiva" à criação de campanha publicitária, de caráter nacional, que – por associação de idéias – "estimula a população a escolher o número três".

Antes da aprovação do requerimento, Kátia Abreu acusou o presidente da comissão, Aloizio Mercadante (PT-SP), de criar obstáculos às ações da oposição, ao distribuir desigualmente as relatorias das matérias entre oposição e situação.

Mercadante negou e explicou o critério que adota: governistas relatam propostas de opositoristas e vice-versa. Com isso, observou, tenta estabelecer o "contraditório" no debate.

Um segundo requerimento aprovado prorroga por 30 dias os trabalhos da Subcomissão dos Marcos Regulatórios.

## Bolívia dará imóvel ao Brasil para abater juros

A CAE acolheu ontem parecer do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) favorável à mensagem presidencial (267/05) que autoriza o Poder Executivo a aceitar dação de imóvel do governo da Bolívia como parte da liquidação de juros pendentes de pagamento da dívida daquele país junto ao governo brasileiro, reestruturada em 2004. O imóvel, localizado no Edifício Multicentro, em La Paz, está avaliado em US\$ 2,09 milhões.

Jonas Pinheiro esclareceu que a dação do imóvel ao Brasil segue orientação da política brasileira de recuperação de créditos de ativos nacionais junto a nações estrangeiras, com o apoio do Clube de Paris.

A mensagem presidencial, já aprovada pelas comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Constituição e Justiça (CCJ), segue agora para análise do Plenário.

## Parlamentares dinamarqueses visitam Congresso

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara receberam ontem, na sala da CFT, naquela Casa, uma visita oficial da Comissão para Assuntos Tributários do Parlamento Dinamarquês e do ministro de Tributos do Reino da Dinamarca, Kristian Jensen. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) representou a CAE na reunião, que foi presidida pelo deputado Virgílio Guimarães (PT-MG).

Os parlamentares dinamarqueses formularam perguntas sobre o sistema tributário brasileiro, especialmente a respeito da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que foi amplamente discutida. Privatização e desenvolvimento econômico foram outros temas presentes na pauta de discussões.

Fornecimento de uniforme escolar pelo governo e divulgação de comprovação de paternidade na mídia foram assuntos debatidos na CE

## Comissão autoriza a criação de universidade no RS

A Comissão de Educação autorizou a criação da Universidade Federal da Região das Missões, no Rio Grande do Sul, ao aprovar, por unanimidade, projeto de Paulo Paim (PT-RS), em decisão terminativa.

O senador afirmou que são necessárias mais universidades no interior do país “a fim de evitar que os estudantes se desloquem do interior para as capitais para realizar cursos que muitas vezes não têm relação com seus locais de origem”.

Os outros dois senadores gaúchos – Pedro Simon (PMDB), relator, e Sérgio Zambiasi (PTB), relator *ad hoc* – manifestaram-se favoravelmente à matéria (PLS 81/07).

### Autorização

Paim destacou que seu projeto não aprova a criação da universidade, apenas autoriza o governo federal a criá-la. Mas, segundo ele, a aprovação de matérias como essa repercute nas comunidades que podem ser beneficiadas e no próprio Executivo. Valdir Raupp (PMDB-RO) lembrou que a Câmara tem arquivado várias propostas que autorizam a criação de universidades federais – inclusive uma apresentada por ele – devido a interpretações que as consideram inconstitucionais, já que a competência para criar tais instituições é do Executivo.

A votação da proposta de Paim foi nominal. Também se manifestaram a favor do projeto Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Augusto Botelho (PT-RR), Edison Lobão (DEM-MA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Ideli Salvatti (PT-SC), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Mão Santa (PMDB-PI), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Marisa Serrano (PSDB-MS), Renato Casagrande (PSB-ES), Romeu Tuma (DEM-SP), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Valdir Raupp.

A reunião foi presidida por Flávio Arns (PT-PR).

# Comissão define o que é obrigatório no uniforme escolar da rede pública

Em turno suplementar, a Comissão de Educação (CE) aprovou parecer de Romeu Tuma (DEM-SP) favorável a emenda de Flávio Arns (PT-PR) explicitando as peças de vestuário que deverão compor o uniforme estudantil obrigatório dos alunos da educação básica nas escolas públicas. Esses itens são: calçado, meia, calça (ou equivalente, como bermuda ou saia), camisa ou equivalente, e boné.

Dessa forma, complementa-se a proposta de Cícero Lucena (PSDB-PB), já aprovada em turno anterior na comissão, que trata da obrigatoriedade de uso dos uniformes estudantis padronizados (PLS 145/07). Arns



Arns diz que emenda visa garantir fornecimento das peças pelo governo estadual ou municipal

argumentou que o objetivo é garantir que os sistemas de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, ao definirem os itens que comporão o uniforme escolar, garantam o fornecimento desses itens básicos, com as características específicas de cada região, tendo a liberdade de

acrescentar itens que considerarem necessários.

Pelo projeto de Lucena, será instituído o Programa Nacional de Uniforme Escolar com o objetivo de complementar as despesas decorrentes da aquisição dos uniformes pelos governos estaduais e municipais. Por emenda de Ideli Salvatti (PT-SC), será proibida propaganda nos uniformes escolares.

### Avaliação seriada

Também na reunião de ontem da CE, Ideli pediu vista para parecer de Geraldo Mesquita Júnior

(PMDB-AC) sobre projeto (PLS 116/06) de Cristovam Buarque (PDT-DF) destinado a incluir programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas. A senadora argumentou que pediu vista para unir ao projeto proposta de Sibá Machado (PT-AC) que também disciplina o ingresso na educação superior e para a qual Mesquita Júnior, no seu parecer, pede rejeição.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) pediu vista do parecer de Raimundo Colombo (DEM-SC) a proposta (PLC 075/06) que determina a obrigatoriedade do ensino da cultura na educação básica.

## Audiência vai debater currículo de Medicina

Requerimento de Papaléo Paes (PSDB-AP) para a realização de audiência pública sobre as propostas pedagógicas e o conteúdo curricular dos cursos de graduação em Medicina oferecidos no Brasil foi aprovado pela Comissão de Educação. A audiência deverá ser realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para o debate, deverão ser convidados o presidente da Associação Brasileira de Educação Médica, Milton de Arruda Martins, e o secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, Francisco Eduardo de Campos. O presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira Andrade, e um representante do Conselho Nacional de Educação também estão entre os convidados.

Foram aprovados ainda requerimentos de Augusto Botelho (PT-RR) para duas audiências sobre a aplicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A primeira discutirá o ensino básico e a segunda, o ensino superior.

## Musicoterapeuta com profissão regulamentada

Por unanimidade, a Comissão de Educação aprovou parecer da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) favorável ao Projeto de Lei da Câmara 25/05, que regulamenta a profissão de musicoterapeuta.

A proposta descreve o musicoterapeuta como o profissional que utiliza a música e seus elementos – som, ritmo, melodia e harmonia – por meio de técnicas específicas, com a finalidade de prevenir, restaurar ou reabilitar a saúde física, mental e psíquica das pessoas.

De acordo com o texto, poderão exercer a profissão os portadores de diploma de educação superior expedidos por instituições reconhecidas pelo governo federal. Também será reconhecido o diploma de graduação em Música com habilitação em Musicoterapia.

As pessoas que, na época de entrada em vigor da lei, tiverem pelo menos cinco anos de experiência comprovada em musicoterapia e possuírem diploma de nível superior poderão também requerer o registro.



Rosalba Giarlini, Marisa Serrano, Patrícia Saboya, Lúcia Vânia e Flexa Ribeiro

## Exposição de exame de DNA pode ser considerada crime

Projeto que tipifica como crime a exposição de prova de paternidade em meios de comunicação foi aprovado ontem pela Comissão de Educação. A proposta (PLS 81/05) modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e ainda terá de ser votada em mais duas comissões do Senado – a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – e, depois, na Câmara.

O autor do projeto, Marcelo Crivella (PRB-RJ), declarou que seu objetivo é evitar que as crianças envolvidas em testes de paternidade – como os de DNA – sejam indevidamente expostas em programas sensacionalistas.

O texto aprovado pelo colegiado foi o substitutivo do relator, senador João Tenório (PSDB-AL). O projeto prevê a pena de reclusão de três a oito anos, além de multa, para esse tipo de crime.

### Ensino

Na mesma reunião, Ideli Salvatti (PT-SC) pediu vista do PLS 2/07, do senador Osmar Dias (PDT-PR), o qual determina que a União participe do financiamento de instituições de ensino superior estaduais. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora do PLS 14/07 – que trata do ensino da Língua Brasileira de Sinais a partir da educação infantil – pediu a retirada de pauta para avaliar a matéria. O autor do projeto é Cristovam Buarque (PDT-DF).



Alvaro: crise decorrerá de pressões de custo e qualidade de acesso

## Alvaro Dias alerta para crise na saúde em todo o mundo

Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou para a possibilidade de uma crise atingir o setor de saúde nas próximas décadas. Ele citou estudo do Instituto IBM demonstrando que essa crise se agravará até 2015, “não apenas no Brasil, mas em todo o mundo”.

O senador manifestou, sobretudo, preocupação com a situação da saúde no Brasil, que considera caótica já na atualidade.

– As duas primeiras décadas do século 21 serão caracterizadas pela crise no sistema de saúde ao redor do mundo. Isso se dará em decorrência das pressões de custo e qualidade de acesso – afirmou.

Ainda citando dados do estudo, Alvaro Dias salientou que a demanda por serviços de saúde cresce mais rapidamente do que a oferta e do que a capacidade da população de pagar por eles.

Mudanças como o aumento da população envelhecida e doente e alterações demográficas forçarão a uma revisão nos sistemas de saúde, assinalou.

– Decisões difíceis terão de ser tomadas para evitar o impasse. Se os números citados pelo Instituto IBM mostram estrangulamento nos sistemas de países que direcionam volumes expressivos de recursos para a saúde, imaginem os riscos que enfrentamos no Brasil – advertiu o parlamentar.

Alvaro Dias citou ainda dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo os quais o primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, teve o menor gasto *per capita* em saúde desde 1995: apenas R\$ 176.